

Educação política e sociedade: a importância da formação crítica para mudanças sociais

Educación política y sociedad: la importancia de la capacitación crítica para el cambio social

Géssika Mendes Vieira

Mestranda em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), pós-graduada em Literatura Brasileira pela Universidade de Araraquara (UNIARA) e pós-graduada em Gestão Estratégica de Negócios com ênfase em Marketing pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Participa do GEPRESPRE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Representações Sociais e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba – PPGE.
E-mail: gessikavieira@live.com

Resumo: Este ensaio apresenta a importância da formação crítica dos estudantes para que ocorram mudanças sociais favoráveis a todas as camadas da sociedade. A partir de fundamentos teóricos de Arendt (2001), Bianchini e Oliveira (2017), Dewey (1916), Freire (1996), Saviani (1999), Lima (2015) e Santos Junior (2014) evidenciou-se a necessidade do rompimento com amarras opressoras que legitimam certas identidades, deslegitimando assim outras, em benefício de algumas. A formação crítica atribui a liberdade de escolha e autonomia de pensamentos que foram edificados por padrões ditados. A educação se mostra mais uma vez como ferramenta imprescindível no processo de emancipação social para que as pessoas possam buscar seus direitos, compreender sua história e lutar por sua evolução. Iguais em direito e em dignidade, todos os seres humanos devem ter a condição de se posicionar diante do que acontece em sua realidade. Sendo assim, a educação política e a formação crítica são fundamentais para exercício da cidadania como instrumento transformador.

Palavras-chave: Educação. Educação Política. Sociedade. Formação Crítica.

Resumen: Este ensayo presenta la importancia de la formación crítica de los estudiantes para los cambios sociales favorables para todas las capas de la sociedad. Desde los fundamentos teóricos de Arendt (2001), Bianchini y Oliveira (2017), Dewey (1916), Freire (1996), Saviani (1999), Lima (2015) y Santos Junior (2014), se evidenció la necesidad de ruptura con ataduras de opresores que legitiman ciertas identidades, deslegitimando a otros para el beneficio de algunos. La formación crítica atribuye la libertad de elección y la autonomía de los pensamientos que han sido construidos por estándares dictados. La educación es una vez más una herramienta fundamental en el proceso de emancipación social para que las personas puedan buscar sus derechos, comprender su historia y luchar por su evolución. Iguales en derecho y dignidad, todos los seres humanos deben ser capaces de pararse ante lo que sucede en su realidad. Así, la educación política y la formación crítica son fundamentales para el ejercicio de la ciudadanía como instrumento transformador.

Palabras clave: Educación. Educación política Sociedad Formación Crítica.

A educação política em espaços de aprendizagem objetiva prover informações relativas ao seu aspecto institucional basilar e ao seu funcionamento, suscitando a promoção de valores cidadãos. Por educação política, entende-se o ensino das bases multidisciplinares de conteúdos que se associam à questão, e tudo aquilo que pode envolver a prática de atitudes cidadãos no contexto individual, de modo a conscientizar os estudantes de sua ação e mostrar possíveis caminhos para que façam valer a sua cidadania como instrumento de transformação social.

Arendt (2001) explica que a eternização ideológica acaba por fazer acostumar-se às recorrentes incursões contra o pensamento racional. Essa circunstância se refere às reações de indivíduos que, conforme a própria vivência, têm o pensamento afastado dos fatos reais, cuja “realidade se tornou opaca à luz do pensamento, e que o pensamento, não mais atado à circunstância como o círculo a seu foco, se sujeita, seja a tornar-se totalmente desprovido de significação, seja a repisar velhas verdades que já perderam qualquer relevância concreta” (p.3).

Cenários que exibem refluxos conservadores dificultam consolidar atos de educação política e derrubam valores universais capazes de atender aos interesses de toda a sociedade, fim da democracia, e não oferece subsídios para políticas progressistas. As sugestões de reformas ainda trazem o espírito de forças conservadoras. De fato, é mais fácil reformar o antigo modelo de cidadão, do que conceber um novo. Lamentável que o exemplo sustentado pelos conservadores ainda se refira a cidadãos acrílicos e submissos. “As reformas brasileiras nos últimos 70 anos são animadas pelo mesmo espírito: formar cidadãos não acostumados a serem críticos, obedientes, pouco conscientes” (BIANCHINI; OLIVEIRA, 2017, p.290).

Paulo Freire (1996) ensina, entretanto, que os educadores devem acreditar que é possível acontecer mudanças. Todos os cidadãos têm o direito de serem participantes da história, da cultura e da política. Ninguém deve ficar neutro, nem estudar por estudar. Todos devemos fazer perguntas, não podemos ficar alheios. Devemos ser rebeldes e não resignados. Ele diz que mudar é difícil, mas é possível, então os educadores devem programar sua ação político-pedagógica. É urgente que os educadores, estudantes e universidades se comprometam com projetos norteados para mudanças seja para qual público for.

Kierkegaard, Marx e Nietzsche ousaram a pensar sem a orientação conservadora, de qualquer natureza que fosse. Há possibilidade de olhar o passado com olhos libertos de tradição (ARENDR, 2001). Pena que a escola de hoje tem se preocupado em formar cidadãos para atender à economia; primeiro, o indivíduo é preparado para ser trabalhador e depois consumidor. Aqui, não importa preparar cidadãos com capacidade de pensar em aspectos sociais e políticos. O sujeito pós-moderno “perdeu a sua profundidade para se tornar uma base sobre a qual podem ser aplicados ou dela eliminados modelos convenientes aos interesses econômicos prevalentes” (BIANCHINI; OLIVEIRA, 2017, p.292).

Saviani (1999) aconselha que sejam priorizados conteúdos para afrontar a farsa da escola, estes devem se nortear para uma pedagogia revolucionária. Se as pessoas das classes populares não conseguem dominar os conteúdos culturais, elas não irão conseguir fazer valer seus interesses, pois ficam indefesas contra os dominadores, que usam justamente desses conteúdos culturais para fazer valer a sua dominação. O método de Saviani propõe uma articulação entre educação e sociedade que considera que a sociedade se divide em classes com interesses antagônicos. Se “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (p.66).

A didática deve propor novos projetos educativos a serem transmitidos pelas escolas. Urge a necessidade de colocar os estudantes para experimentar ativamente

valores, como equidade, direitos, deveres, alteridade e tolerância, que são constitucionais, para desenvolver uma vida verdadeiramente democrática (LIMA, 2015). Do contrário, como bem questiona Paulo Freire (2001), que democracia é esta, supostamente vivenciada por milhões de pessoas renegadas, impedidas de ler a palavra, e mal sendo capaz de fazer a leitura do seu mundo, levadas a acreditar que são desprovidas de competência para enxergar o melhor para as suas vidas? Se a democracia pode ser entendida como conjunto de percepção, ponderação de pensamento e de ação, uma forma de viver, ou, como especificou Dewey (1916, p.101), “um modo de vida associado ao conjunto de experiências comunicadas”, o único método para auxiliar o seu aprendizado é aquele que se permite colocá-la em prática, bem mais do que ouvir alguém falar sobre ela na escola ou em quaisquer outros ambientes.

Há de se considerar que a educação não consegue assumir toda a responsabilidade de corrigir as desigualdades sociais, sobretudo no enfoque que são sugeridas as políticas educacionais de natureza neoliberal, mas ela pode ser um aparelho de provocação e empenho para o processo de aprendizagem do indivíduo para ser construtor de seu próprio destino. Conforme Freire (1996), à proporção que o sujeito se torna capaz de fazer a leitura do mundo em que vive, de forma a compreender, escolher, valorizar, criticar, a sua própria movimentação nele, requer posicionamento de escolha e decisão, neste contexto, não cabe mais uma presença indiferente.

Se a batalha por uma sociedade democrática perpassa pelo jogo político, se a utopia de desejar a justiça social é uma busca para a libertação, Lima (2015) questiona por que ainda não houve uma mobilização significativa para tanto, quais tensões neutralizam a consciência crítica para a libertação e que tipo de revolução deve ocorrer para a ascensão dos atores sociais. Para este autor, deve-se propor um projeto que incida numa internalização instigada pela educação para emancipar a sociedade, o que não se alcança via manifestação social momentânea, mas que agrupe a dimensão de universalização das construções sociais, para romper com a ordem neoliberal, requerendo o despertar da consciência crítica.

Se no neoliberalismo a escola convalida a sociedade capitalista, recusa o histórico de resistências e mantém práticas pedagógicas que perderam suas concepções políticas, atendendo apenas à racionalidade técnica, um novo projeto de sociedade deve considerar que cabe à escola desencadear a consciência crítica do cidadão, de forma a fazer valer a democracia. O fenômeno educacional deve se desdobrar segundo o arranjo social para emancipar o sujeito como ser histórico, que (re)constrói formas para superar o seu próprio desenvolvimento. Freire (1987) afirma que a existência humana não pode ser silenciosa, existir significa articular e modificar o mundo. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (p.78)”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) preconizam que o objetivo do ensino da política é ampliar a criticidade do aluno, gerando uma reflexão sobre as relações de poder que estruturam a sociedade, e suas principais dinâmicas inerentes ao processo de tomada de decisões. O sistema de educação deve formar cidadãos ativos, capazes de julgar e escolher, e não só de forma passiva confiar em seus representantes, tornando-se súditos. Uma educação para a democracia deve contar com três elementos interdependentes: a formação intelectual e a informação, a educação moral e a educação do comportamento.

Santos Junior (2014) evidencia em seus estudos que pensar sobre a educação implica também pensar sobre a ação política que se relaciona às perspectivas abertas em que atua cada iniciativa humana, que não se restringe às perspectivas de realização pessoal. Não se trata de reaver o conservadorismo, vez que não podem ser tidas conservadoras reflexões providas de esperança norteadas à capacidade para agir. Capacidade esta que enseja a constante condição para começar algo novo. Para que a perspectiva de renovação

se concretize, devem-se “assegurar as mediações e interferências às novas gerações (...) a educação é algo a se herdar e se a renovar” (p.45).

O país vem assistindo a manifestações políticas conduzidas também por muitos estudantes. A propagação de posicionamentos da sociedade vem evidenciando que a política brasileira está mudando. O que deve ser refletido para além dos discursos superficiais, habitualmente difundidos na mídia tradicional que alcança boa parte da população, confirmando a necessidade de uma educação crítica.

Nessa perspectiva, entende-se que o meio acadêmico é uma forma eficaz de aproximar a universidade da sociedade. A proposta de uma educação crítica que propicie autonomia, capacidade de escolha e libertação tem a pretensão de estimular aprendizados, permitido pela troca de conhecimentos procedentes de diferentes realidades, visando produzir mudanças que possam ir além das produções acadêmicas e modificar o comportamento social em relação à descrença de grande parte da população sobre a política e seus políticos brasileiros. Não se trata de discussões e trocas de percepções prontas e acabadas, o que se busca é motivar a criação de ambientes abertos ao debate, com o intuito de desvendar determinadas narrativas, de forma a projetar a possibilidade de uma percepção mais crítica, não somente do sistema político contemporâneo, mas também de situações de opressão, desigualdade e injustiça. Na medida em que os espaços de debates forem se estabelecendo, será possível despertar nos estudantes a aspiração de promover mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Dessa maneira, fica evidente a importância dos espaços educacionais para a formação e transformação da sociedade, sendo referência social, cuja produção de conhecimento seja disseminada para além dos seus portões.

Referências

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. [s.l.]: Bettmann/ Corbis Corporation, 2001.

BIANCHINI, P.; OLIVEIRA, M. Educação política no Brasil e na Itália: duas histórias, muitos problemas comuns. *Hist. Educ. (Online)*, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 274-294, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

DEWEY, J. *Democracy and Education*. New York: The Macmillan Company, 1916. 434 p.

LIMA, P. G. Política educacional na perspectiva de Paulo Freire: desafios para os dias contemporâneos. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 115-124, jan./abr. 2015.

SANTOS JUNIOR, N. J. F. Arendt: ação humana, educação e a instabilidade do mundo. In: Hannah A: pensamento, revolução e poder. *VII Encontro Hannah Arendt*, UFSJR, 2014.

SAVIANI, D. J. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.